

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

I Série — Número 3

Quarta-feira, 16 de Março de 1978

SUMÁRIO

MINISTRO DA REPÚBLICA

Decreto de 17 de Dezembro de 1977:

Exonera, a seu pedido, a Dra. Margarida Neves da Costa do cargo de Secretário Regional da Educação e Cultura do Governo Regional.

Decreto de 17 de Dezembro de 1977:

Nomeia o Eng.º Jaime Ornelas Camacho para exercer o cargo de Secretário Regional da Educação e Cultura.

ASSEMBLEIA REGIONAL

Decreto Regional n.º 8/78/M:

Cria um seguro de acidentes pessoais para servidores da Região.

Decreto Regional n.º 9/78/M:

Determina a extinção da cobrança de quotizações sindicais para o Fundo de Desemprego, em relação ao trabalho prestado pelas bordadeiras domésticas no sector de bordado e tapeçarias da Madeira.

Decreto Regional n.º 10/78/M:

Estabelece condicionamentos à projecção de certos filmes na Região Autónoma da Madeira.

Decreto Regional n.º 11/78/M:

Cria o Plano Director da Cidade do Funchal.

Decreto Regional n.º 12/78/M:

Introduz alterações à composição do Governo Regional da Madeira.

Decreto Regional n.º 13/78/M:

Cria a Comissão Regional de Estudos para a Integração Europeia.

Decreto Regional n.º 14/78/M:

Determina que na Região Autónoma da Madeira seja o Governo Regional a exercer os poderes que o De-

creto-Lei n.º 429/77, de 15 de Outubro, confere ao Secretário de Estado da Cultura (arquivos de empresas privadas).

Decreto Regional n.º 15/78/M:

Classifica como reserva natural as ilhas Selvagens, constituídas em reserva pelo Decreto-Lei n.º 458/71, de 29 de Outubro.

Decreto Regional n.º 16/78/M:

Estabelece a classificação da rede rodoviária nacional da Região.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Gabinete do Ministro da República

Decreto

de 17 de Dezembro

Usando da faculdade conferida pelos n.º 5 do art.º 233.º da Constituição da República;

Nos termos do n.º 2 do art.º 30.º do Estatuto Provisório, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril:

Exonera, a seu pedido, a Dr.ª Maria Margarida Tavares Neves da Costa do cargo de Secretário Regional da Educação e Cultura do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Assinado em 2 de Novembro de 1977.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

Decreto

de 17 de Dezembro

Usando da faculdade conferida pelo n.º 5 do art.º 233.º da Constituição da República;

Nos termos do n.º 2 do art.º 30.º do Estatuto Provisório, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril:

Nomeio o eng.º Jaime Ornelas Camacho para exercer o cargo de Secretário Regional da Educação e Cultura do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Assinado em 2 de Novembro de 1977.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**ASSEMBLEIA REGIONAL****Decreto Regional n.º 8/78/M**

de 1 de Março

O acidente recentemente acontecido na pista de Santa Catarina, do Aeroporto do Funchal, veio evidenciar problemas de extrema gravidade, para os quais a legislação em vigor não prevê soluções adequadas.

É o caso dos acidentes pessoais acontecidos com os servidores da Região Autónoma da Madeira, autarquias locais e entidades sujeitas à jurisdição do Governo Regional.

Com efeito, a legislação actual não prevê a específica e generalizada reparação daqueles danos, quando é certo que esta omissão acarreta prejuízos irreparáveis para aqueles servidores e seus familiares. Por outro lado, mal ficaria à Região Autónoma da Madeira continuar a esquecer os interesses legítimos daqueles a quem confia a prossecução das tarefas da sua competência, em benefício das populações.

Nestes termos e de acordo como disposto na alínea b) do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76,

de 30 de Abril, a Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira aprova, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Todos os servidores da Região Autónoma da Madeira, das suas autarquias locais e das entidades sujeitas à jurisdição do Governo Regional beneficiarão de um seguro de acidentes pessoais sempre que se desloquem em serviço para fora da ilha onde prestam serviços, independentemente da sua categoria, antiguidade ou do regime em que o serviço for prestado.

Art.º 2.º O montante dos seguros será proporcional ao vencimento auferido pelos servidores referidos no artigo anterior, e não poderá ser inferior às remunerações que aqueles aufeririam no período de dez anos, tomando-se por base o vencimento da oportunidade em que o seguro seja efectuado.

Art. 3.º O Governo Regional regulamentará a fixação do montante dos seguros e demais questões relativas à aplicação do presente diploma, no prazo de trinta dias a contar da sua publicação.

Art. 4.º Os benefícios decorrentes do presente diploma acrescerão aos demais já previstos na legislação em vigor.

Art. 5.º Este diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 24 de Janeiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 10 de Fevereiro de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Decreto Regional n.º 9/78/M

de 1 de Março

1 — Constitui a chamada bordadeira de campo ou bordadeira doméstica da Madeira e Porto Santo uma classe de trabalhadores das mais desprotegidas, quer no aspecto económico (exíguas remunerações as que percebem pelo seu trabalho), quer mesmo no aspecto social e humano (não estão totalmente abrangidas por todos os benefícios de segurança e saúde e a grande maioria vive e trabalha nas zonas rurais).

2 — No que concerne às remunerações obti-

das por via do trabalho prestado em casa, elas são quase insignificantes, muito aquém mesmo de metade das actuais remunerações mínimas nacionais.

3 — Acresce ainda que, dada a natureza e características *sui generis* do trabalho que efectuam, talvez único em Portugal — constata-se uma patente dependência económica em relação ao dador de trabalho, através do agente por um lado, mas indiscutível inexistência de vinculação jurídica por outro, o qual se poderá apelidar de indústria assalariada no domicílio —, não usufruem estas trabalhadoras de subsídios de desemprego, embora ao produto ilíquido do seu trabalho sejam descontadas as verbas obtidas após aplicação das taxas respectivas através de «retenção na fonte» as quotizações para o Fundo de Desemprego, criadas pelo Decreto-Lei n.º 45 080, de 20 de Junho de 1963, e que hoje estão fixadas em 3% (pelo Decreto-Lei n.º 169-C/75, de 31 de Março), e isso porque nunca estarão *de jure* desempregadas, ainda que na prática isso possa suceder como sucede.

É altura de dizer-se que tais trabalhadores disseminadas por todo o território insular na Região, computam-se em cerca de 10 000 a 15 000 e desempenham papel relevante na materialização do bordado e tapeçarias da Madeira, que, como indústria, e mau grado a crise que atravessa desde há anos, tem valor importante na balança comercial da Região, estimando-se cerca de 235 000 contos em exportação.

4 — Assim, e sem prejuízo da consagração de instrumentos de trabalho que desagrem a situação económica das trabalhadoras, pretende-se desonerar as bordadeiras dos descontos para o Fundo de Desemprego, ressaltando, todavia, a efectivação de diploma posterior que faça nascer o vínculo de subordinação jurídica da trabalhadora à entidade patronal, de tal sorte que, se desempregadas, já possam beneficiar de subsídios de desemprego. Quando tal acontecer caducará este decreto, por inexistência então da causa que lhe deu origem.

5 — Contra o objectivo pretendido poder-se-á indicar o disposto no § 4.º do artigo 2.º, além da ideia que enforma de uma maneira global o Decreto-Lei n.º 45 080, no sentido de abranger todo o tipo de remuneração de trabalho independentemente da sua natureza e fim.

O certo é que, com a introdução do Decreto-Lei n.º 169-C/75, de 31 de Março, surgiu uma alteração na *ratio* e na causa teleológica do Decreto n.º 45 080, de 20 de Junho de 1963.

É que mau grado a autêntica *vexata quaestio* que constitui a qualificação jurídico-tributária das quotizações como imposto ou não, é certo no entanto que a publicação do citado diploma colhe, cremos, um argumento de valor para aqueles que se inclinam para a não aceitação do imposto, dado que a partir de então os trabalhadores, e só estes (não se trata aqui da questão dos descontos da entidade patronal, pois em relação a estes dificilmente se refutará a qualificação contrária), ficariam por sua vez a coberto de subsídios sociais quando desempregados, verbas saídas do Fundo para o qual descontaram.

Posto isto, visível é o facto de no mínimo ser moralmente injusto que as bordadeiras domésticas contribuam para o Fundo de Desemprego, sendo certo que jamais usufruirão de benefícios se eventualmente desempregadas. Ou seja, se tal facto seria de menos difícil aceitação antes da instituição do diploma que estabeleceu o subsídio de desemprego, afigura-se-nos hoje ostensivamente incompreensível a sua continuação.

Finalmente, refira-se que esta medida, em termos individuais e económicos sem grande peso (combinada com o aumento de benefícios médico-sociais a que se referiu já), ajudará a minorar em parte a situação precária da bordadeira de campo.

Nestes termos, a Assembleia Regional da Madeira decreta, ao abrigo do artigo 229.º, n.º 1, alínea a), da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Deixam de ser cobradas nesta Região Autónoma as taxas legais das quotizações para o Fundo de Desemprego a que se refere o art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 45 080, de 20 de Junho de 1963, em relação ao trabalho prestado pelas bordadeiras domésticas no sector de bordado e tapeçarias da Madeira.

Art. 2.º Este diploma entra em vigor trinta dias após a sua publicação.

Aprovado em 4 de Janeiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 24 de Janeiro de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Decreto Regional n.º 10/78/M

de 2 de Março

A legislação em vigor sobre espectáculos, no-

meadamente a constante dos Decretos-Leis n.ºs 254/76, de 7 de Abril, 652/76 e 653/76, ambos de 31 de Julho, e do Decreto n.º 654/76, também de 31 de Julho, contém disposições que visam desincentivar o comércio e a procura de espectáculos classificados como pornográficos. Considera-se de interesse na Região da Madeira, conforme exigência claramente expressa pela sua opinião pública, não só o estreito cumprimento dessa legislação em vigor como o agravamento dos condicionaisismos nela impostos à exibição de tais filmes. Importa ainda atribuir à Região algumas receitas nela geradas provenientes de taxas e multas previstas na legislação em causa, afectando-as ao financiamento de actividades culturais ligadas ao sector.

Assim, usando da faculdade conferida na alínea b) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76 de 30 de Abril, a Assembleia Regional decreta o seguinte:

Artigo 1.º Mantém-se nesta Região em vigor toda a legislação vigente sobre classificação e projecção de filmes, sem prejuízo do estipulado nos artigos seguintes.

Art. 2.º É proibida a projecção de filmes classificados como «pornográficos» ou como «contendo cenas eventualmente chocantes» com início antes das 21 horas.

Art. 3.º Cada sala de espectáculos não poderá projectar filmes classificados de «pornográficos» mais do que uma vez por semana.

Art. 4.º É proibida a projecção simultânea de filmes classificados de «pornográficos» e outros com diferente classificação.

Art. 5.º Cada infracção ao disposto neste decreto regional implica a multa de 10 000\$, que reverterá para os cofres da Região.

Art. 6.º Os filmes classificados de «qualidade», nos termos do n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 653/76, de 31 de Julho, pela Comissão de Classificação de Espectáculos, nos termos do artigo 1.º do seu Regulamento — Portaria n.º 467/76, de 31 de Julho —, deverão ser exibidos em, pelo menos, duas salas de espectáculos da empresa apresentadora.

Art. 7.º As receitas provenientes dos adicionais de 15% sobre o preço dos bilhetes, nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 184/73, de 25 de Abril, bem como do seu agravamento constante do artigo 2.º do Decreto n.º 654/76, de 31 de Julho, são receitas da Região.

Art. 8.º As receitas referidas no artigo precedente deverão ser prioritariamente aplicadas para fins culturais no domínio dos espectáculos, de acordo com programa a definir pela Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Art. 9.º O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 1 de Fevereiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 15 de Fevereiro de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Decreto Regional n.º 11/78/M

de 2 de Março

É imprescindível a existência do Plano Director da Cidade do Funchal. Sucede, porém, que nalguns casos a sua interpretação e consequente aplicação têm-se mostrado inadequadas aos reais interesses dos munícipes, mormente nos casos de habitação degradada e insalubre.

Além disso, a urgência com que é necessário acorrer à resolução de muitos problemas justifica que a Câmara Municipal do Funchal possa desde já usar de mais clara definição interpretativa na aplicação prática do Plano Director, em co-responsabilidade com o Governo Regional, tendo particularmente em conta a sua contribuição para a resolução do grave problema habitacional dentro dos princípios constitucionais.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, a Assembleia Regional da Madeira decreta o seguinte:

Artigo 1.º A Câmara Municipal do Funchal, até à revisão do actual Plano Director da Cidade, pode desde já propor revisões parciais do mesmo através da elaboração dos planos de pormenor.

Art.º 2.º As propostas referidas no artigo anterior são submetidas à aprovação do Governo Regional, acompanhadas de adequada justificação.

Art.º 3.º Tratando-se de recuperação da habitação degradada ou insalubre, a Câmara Municipal do Funchal fica desde já autorizada a licenciar obras que dêem aos fogos adequadas condições

de habitabilidade, ainda que seja necessário reduzir para 1,5m a distância à partilha, conforme o disposto no Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

Art.º 4.º O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 31 de Janeiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 15 de Fevereiro de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Decreto Regional n.º 12/78/M

de 10 de Março

A Constituição Política da República consagrou o arquipélago da Madeira como Região Autónoma, dotada de órgãos de governo próprio, um dos quais o Governo Regional.

Os Decretos Regionais n.ºs 1/76 e 2/76 estruturaram as secretarias regionais, definiram competências, orgânica, meios e enquadramento de serviços.

O Decreto Regional n.º 4/76 criou o Estatuto dos Membros do Governo Regional.

Decorrido quase um ano e meio de experiência autonómica com a posse do Primeiro Governo Regional nos termos da Constituição, é lógico que a experiência forneceu dados novos que implicam reajustamentos de interesse colectivo.

O presente diploma reformula o Governo Regional, criando mais uma secretaria regional. Adapta vencimentos, de forma a não desmotivar a presença dos quadros, obviamente indispensáveis. Concebe as ajudas de custo, tendo em conta uma dignidade de correspondência de funções que prestigie as instituições autonómicas. Continua a não permitir retribuições mensais aos membros do Governo Regional a título de despesas de representação. Finalmente, considera necessário manter em vigor o disposto nos decretos Regionais acima mencionados em tudo aquilo que o presente diploma não contrarie.

Assim, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição, a Assembleia Regional da Madeira delibera, para valer como lei:

Artigo 1.º — O Governo Regional compõe-se de um Presidente e sete Secretários Regionais.

Artigo 2.º — 1 — O Presidente do Governo Regional terá a seu cargo os seguintes sectores de actividade: comunicação social, administração regional e local, função pública, organização e gestão administrativa, documentação, gabinete de informação, assessoria jurídica e emigração.

2 — As Secretarias Regionais integram os seguintes sectores de actividades:

- a) Planeamento e Finanças — Planeamento, orçamento, contabilidade pública, contribuições e impostos, alfândegas, tesouro, património, crédito e seguros, estatística e informática;
- b) Equipamento Social — Obras públicas, urbanismo e habitação, equipamento rural e urbano e ambiente;
- c) Assuntos Sociais e Saúde — Saúde e segurança social;
- d) Agricultura e Pescas — Agricultura, silvicultura, Jardim Botânico, investigação e planeamento agrícola, pecuária e pescas;
- e) Trabalho — Trabalho, emprego e formação profissional;
- f) Educação e Cultura — Ensino, cultura, acção social escolar e desportos;
- g) Economia — Comércio interno e externo, abastecimentos, turismo, indústria, recursos naturais, energia e transportes terrestres, marítimos e aéreos.

Artigo 3.º — 1 — Os membros do Governo Regional vencerão:

- a) O Presidente do Governo, 30 000\$ mensais;
- b) Os Secretários Regionais, 27 500\$ mensais.

2 — Os membros do Governo Regional têm ainda direito a transporte, quando se deslocarem em serviço da Região, e a ajudas de custo, que serão:

- a) O Presidente do Governo, as correspondentes a Ministro;
- b) Os Secretários Regionais, as correspondentes a Secretário de Estado.

3 — Não é permitida a atribuição aos membros do Governo Regional de qualquer retribuição mensal a título de despesas de representação, devendo

as que ocorrem, necessariamente, ser suportadas pelo Orçamento Regional.

4 — Os chefes de gabinete e o adjunto do Presidente do Governo Regional vencerão pela letra C da escala do funcionalismo público, a que acrescem 1 000\$00 mensais.

5 — Os secretários particulares vencerão pela letra J.

6 — As pessoas mencionadas neste artigo vencerão ainda dois subsídios extraordinários, cada um deles de valor igual ao subsídio mensal, nos meses de Junho e Dezembro, e terão um regime de previdência nos termos do Estatuto dos Deputados à Assembleia Regional.

7 — As pessoas mencionadas neste artigo que sejam funcionários do Estado ou de outras pessoas colectivas públicas podem optar pelos respectivos vencimentos e subsídios.

Artigo 4.º — Mantém-se em vigor o disposto nos Decretos Regionais n.ºs 1/76, 2/76 e 4/76 que não contrarie o constante do presente diploma.

Art. 5.º — Este diploma entra imediatamente em vigor.

Aprovado em 21 de Fevereiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 28 de Fevereiro de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Decreto Regional n.º 13/78/M

de 10 de Março

A fim de estudar as implicações regionais de uma futura integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), recomendando, desde já, as medidas indispensáveis para uma adequação dos agentes económicos a esse processo, bem como de acompanhar a actuação do futuro representante da Região Autónoma da Madeira na Comissão de Integração Europeia, nos termos da alínea b) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, a Assembleia Regional da Madeira aprova, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — É criada a Comissão Regional de Estudos para a Integração Europeia.

Artigo 2.º — Compete à Comissão Regional de Estudos para a Integração Europeia (CREIE):

- a) Acessorar o delegado da Região Autónoma da Madeira na Comissão para a Integração Europeia;
- b) Exercer funções consultivas junto do Governo Regional;
- c) Recolher e trabalhar dados económicos da conjuntura regional, mormente para os efeitos previstos nas alíneas anteriores.

Artigo 3.º — O presidente da CREIE é o delegado da Região Autónoma da Madeira na Comissão para a Integração Europeia.

Artigo 4.º — O CREIE será constituída pelos seguintes membros:

- a) Quatro delegados pela Assembleia Regional;
- b) Quatro delegados pelo Governo Regional;
- c) Quatro delegados pelos parceiros sociais, sendo dois representando o conjunto dos sindicatos e dois representando o conjunto das associações patronais.

Artigo 5.º — O Governo Regional elaborará, no prazo máximo de sessenta dias, a regulamentação do presente diploma.

Artigo 6.º — O presente diploma entra em vigor logo após a publicação da lei sobre a representação das Regiões Autónomas na Comissão para a Integração Europeia.

Aprovado em 21 de Fevereiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 27 de Fevereiro de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Decreto Regional n.º 14/78/M

de 10 de Março

O Decreto-Lei n.º 429/77, de 15 de Outubro, considerou a importância decisiva de que poderão revestir-se certos arquivos de empresas privadas, e em particular das de maior antiguidade, relevân-

cia económica ou influência política, para o correcto conhecimento histórico da época contemporânea.

No entanto, os seus termos não se compadece com os poderes autonómicos constitucionalmente atribuídos aos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Assim, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição, a Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira determina, para valer como lei:

Artigo 1.º — Na Região Autónoma da Madeira, o Governo Regional exercerá os poderes que o Decreto-Lei n.º 429/77, de 15 de Outubro, confere ao Secretário de Estado da Cultura.

Artigo 2.º — O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 24 de Janeiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 10 de Fevereiro de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Decreto Regional n.º 15/78/M

de 10 de Março

As ilhas Selvagens são parte integrante do território da Região Autónoma da Madeira. Assim, nos termos constitucionais, compete à Assembleia Regional legislar sobre matéria que lhes diga respeito e não se situe no âmbito da competência reservada aos órgãos de soberania.

As ilhas Selvagens foram transformadas em reserva pelo Decreto-Lei n.º 458/71, de 29 de Outubro, com base na Lei n.º 9/70, revogada pelo Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de Julho.

Interessa agora que, na Região Autónoma da Madeira, o regime das reservas e parques criado com base naquela lei se adapte à configuração das instituições autonómicas criadas pela Constituição de 1976, com respeito dos compromissos internacionais e da eficiência que se pretende no devido acautelar dos legítimos interesses em equação.

Acresce, no entanto, que o Governo da Região Autónoma da Madeira, neste caso, não pode por si só garantir a defesa do património regional, pelo

que se prevê no presente diploma o recurso à colaboração, assistência e intervenção de departamentos do Estado.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, a Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira determina, para valer como lei:

Artigo 1.º — 1 — As ilhas Selvagens, constituídas em reserva pelo Decreto-Lei n.º 458/71, de 29 de Outubro, passam a ser classificadas como reserva natural.

2 — A reserva natural é definida pelo território das ilhas e pelos fundos marinhos até à batimétrica dos 1 000 m.

Artigo 2.º — 1 — Compete ao Governo Regional elaborar o plano de ordenamento e o regulamento da reserva, no prazo de seis meses, a contar da publicação da portaria conjunta do Secretário de Estado do Ambiente e do Chefe do Estado-Maior da Armada sobre a matéria, nos termos das bases aprovadas pela Assembleia da República.

2 — Para os efeitos do n.º 1 deste artigo, o Governo Regional deverá solicitar a colaboração dos competentes serviços do Estado, bem como de outras entidades de reconhecida competência na matéria.

Artigo 3.º — São proibidos na área da reserva natural das ilhas Selvagens:

- a) A realização de quaisquer trabalhos, obras ou actividades profissionais sem autorização do Governo Regional;
- b) A utilização de fundeadouros fora das zonas especialmente destinadas a esse fim;
- c) O acesso de pessoas, excepto mediante autorização do Governo Regional, que a concederá apenas para fins de estudo, de resolução de problemas técnicos ou a visitantes acompanhados por pessoas devidamente credenciadas, ou em estado de necessidade;
- d) A introdução de veículos terrestres, excepto mediante autorização do Governo Regional;
- e) O sobrevoo por aeronaves a altitude inferior a 200 m, excepto em operações aéreas necessárias ao funcionamento da reserva ou em estado de necessidade;
- f) A introdução de espécies animais ou vege-

tais terrestres, a colheita, captura ou perturbação das existentes, bem como a apanha de espécies vegetais marinhas, exceptuados os casos regulamentarmente previstos;

- g) A colheita de material geológico ou arqueológico ou a sua exploração sem autorização do Governo Regional;
- h) A caça submarina;
- i) A pesca de arrasto e outras artes que colidam com o fundo até à batimétrica fixada pela reserva, ressalvando-se as artes de anzol e rede;
- j) A utilização para fins comerciais de aparelhos de fotografia, filmagem e radiodifusão sonora ou visual sem autorização do Governo Regional.

Artigo 4.º — As contravenções previstas no artigo anterior, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis, não prejudicam quer a obrigação de o infractor demolir à sua custa quaisquer obras ou trabalhos quer a perda, a favor da Região, dos objectos, instrumentos ou outros meios utilizados.

Artigo 5.º — As dúvidas suscitadas na interpretação e execução do presente diploma são resolvidas por portaria do Governo Regional.

Artigo 6.º — O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da publicação da lei da Assembleia da República sobre a Assistência do Estado ao Governo Regional da Madeira na defesa das ilhas Selvagens como reserva natural.

Aprovado em 18 de Janeiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 2 de Fevereiro de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Decreto Regional n.º 16/78/M

de 15 de Março

O Decreto-Lei n.º 28 485, de 19 de Fevereiro de 1932, define a classificação das comunicações públicas por via terrestre no distrito autónomo do Funchal, como medida preliminar para a execução

do plano da rede complementar de estradas nacionais na ilha da Madeira, fixado pelo Decreto-Lei n.º 28 592, de 14 de Abril de 1938. Decorrido o prazo de quinze anos de execução deste plano, procedeu-se a nova classificação da rede rodoviária nacional da ilha da Madeira, estabelecida no Decreto-Lei n.º 40 167, de 20 de Maio de 1955, como necessidade de incluir novos traçados, cuja importância no quadro do desenvolvimento da economia da ilha assim o determinou. É esta classificação que actualmente vigora. A ilha de Porto Santo nunca foi dotada de rede de estradas nacionais.

Decorridos vinte e dois anos de execução de planos sujeitos à política rodoviária preconizada para a ilha através do Decreto-Lei n.º 40 167, é oportuno proceder à revisão da classificação da rede de estradas nacionais da Região em conformidade com as profundas alterações verificadas, sobretudo as resultantes da construção do aeroporto, do incremento verificado no turismo e do Plano Director da Cidade do Funchal. É necessário integrar nesta rede certas estradas municipais e florestais cuja importância para a Região é fundamental e para as quais as actuais entidades responsáveis se consideram sem as estruturas indispensáveis para a sua manutenção e modernização.

Para a ilha do Porto Santo estabelece-se uma rede rodoviária nacional composta por duas estradas de 1.ª classe, abrangendo o aeroporto, porto de abrigo e zona prioritária de expansão turística (vila da Calheta), e por uma estrada de 2.ª classe, envolvente da zona leste, servindo diversas povoações.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, a Assembleia Regional da Madeira decreta o seguinte:

Artigo 1.º — A rede de estradas nacionais da Região da Madeira (ilhas da Madeira e Porto Santo) tem a constituição descrita nos mapas anexos, incluindo as seguintes estradas florestais:

a) Na Madeira:

Carreiras-Lamaceiros;

Santana-Achada do Teixeira (Pico Ruivo);

Seixal-Chão da Ribeira;

b) No Porto Santo:

Tanque-Pico do Castelo, com ramal do Pico do Castelo para a Camacha.

Artigo 2.º — A inclusão de novos troços de estradas na rede nacional da Região deverá ficar dependente da aprovação da Assembleia Regional,

mediante proposta do Governo Regional, ouvidas as câmaras municipais ou outras entidades que nelas superintendam.

Artigo 3.º — As características técnicas das estradas nacionais ou de determinados troços dessas estradas são definidas em estudo prévio do projectista, a ser submetido à aprovação do Governo Regional e elaborado de acordo com as regras e determinações do Plano Rodoviário, com as limitações seguintes, impostas pela orografia local:

- a) Em perfil longitudinal, as inclinações dos trainéis não deverão exceder, em regra, 9%;

§ 1.º Em casos especiais, a inclinação poderá atingir 12%, sendo necessária a sua justificação.

§ 2.º Em todas as curvas de raio inferior a 15 m (lacetes) não será permitida inclinação superior a 5%, salvo casos muito especiais e para os quais se exige justificação;

- b) Em planta, as curvas de concordância dos alinhamentos rectos terão os raios mínimos correspondentes aos das classes do Plano Rodoviário propostas e aprovadas;

§ único. Nos lacetes, o raio mínimo é de 15 m, podendo baixar a 12 m em casos muito especiais e para os quais se exige justificação;

- c) Os perfis transversais das estradas serão os correspondentes aos das classes do Plano Rodoviário propostas e aprovadas.

§ único. Estes perfis poderão ser modificados em conformidade com a evolução estatística de tráfego, e objectivos a atingir e limitações técnicas e económicas resultantes do acidente do terreno.

Artigo 4.º — A sinalização numérica das estradas nas placas respectivas deve ser feita para uma melhor orientação dos utentes, em particular os visitantes.

Artigo 5.º — Ficam revogados os Decretos-Leis n.ºs 40 167, de 20 de Maio de 1955, e 28 486, de 19 de Fevereiro de 1938, este último fixando as características técnicas para as estradas nacionais da ilha da Madeira.

Artigo 6.º — O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 24 de Janeiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 15 de Fevereiro de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Rede Rodoviária Nacional

Numeração		Designação	Pontos extremos e intermédios
Nova	Anterior		

A — Ilha da Madeira

1) Estradas nacionais de 1.ª classe

101	101	Litoral da ilha da Madeira	Funchal (Boa Nova) - Santa Cruz - Machico - Portela (E.N. 102) - Porto da Cruz - Faial (E.N. 103) - Santana - S. Vicente (E. N. 104) - Porto Moniz - Ponta do Pargo - Calheta - Ribeira Brava (E. N. 104) - Câmara de Lobos - Funchal (S. Martinho).
102	102	Funchal-Portela	Boa Nova (E. N. 101) - Palheiro Ferreiro - Camacha - Santo da Serra - Portela (E. N. 101).
103	103	Funchal-Faial	Livramento (E. N. 105) - Monte - Tereiro da Luta - Poiso - Ribeiro Frio - Cruzinhas - Faial (E.N. 101).

Numeração		Designação	Pontos extremos e intermédios
Nova	Anterior		
104	104	Ribeira Brava-S. Vicente	Vila da Ribeira Brava (E. N. 101) - Serra de Água - Encumeada - Rosário - Vila de S. Vicente (E. N. 101).
105	105	2.ª circular do Funchal	S. Martinho (E. N. 101) - Pico dos Barcelos - Santo António (E. N. 107) - S. Roque - Livramento (E. N. 103) - Bom Sucesso (E. N. 106) - Boa Nova (E. N. 101).
106	—	1.ª circular do Funchal	S. Martinho (E. N. 101) Cruz de Carvalho - Ponte de S. João - Cruzes - Cruz Vermelha - Campo da Barca - Bom Sucesso (E. N. 105).
107	203	Funchal-Boa Ventura	Santo António (E. N. 105) - Curral das Freiras - Pico do Furão - Urzal - Fajã do Penedo (E. N. 101).

II) Ramais de estradas nacionais de 1.ª classe

101-1	101-1	Para o cais do Porto Novo	E. N. 101 - cais de Porto Novo.
101-2	101-2	Para o cais de Machico	E. N. 101 - cais de Machico.
101-3	101-3	Para o Caniçal e Baía de Abra	Machico (E. N. 101) - Caniçal - Prainha - Baía de Abra.
101-4	101-4	Para o cais de Porto da Cruz	E. N. 101 - cais de Porto da Cruz.
101-5	E. F.	Para a Achada do Teixeira (Pico Ruivo)	E. N. 101 - Achada do Teixeira (Pico Ruivo).
101-6	E. F.	Para o Chão da Ribeira	E. N. 101 - Chão da Ribeira.
101-7	101-5	Para o cais do Seixal	E. N. 101 - cais do Seixal.
101-8	101-9	Do Arco da Calheta para a E. N. 213	Arco da Calheta (E. N. 101) - E. N. 213.
101-9	101-11	Da Ponta do Sol para a E. N. 213 ...	Ponta do Sol (E. N. 101) - E. N. 213.
101-10	—	Da Tabua para a E. N. 213	Tabua (E. N. 101) - E. N. 213.
101-11	101	Da cancela para S. Gonçalo	Cancela (E. N. 101) - S. Gonçalo (Chão da Loba).
103-1	E. M. 515	Para S. Roque do Faial	Lombo Grande (E. N. 103) - S. Roque do Faial (E. N. 101).
106-1	—	Para o porto do Funchal	Ponte de S. João (E. N. 106) - porto do Funchal.
107-1	203-1	Para a Eira do Serrado	E. N. 107 - Eira do Serrado.

III) Estradas nacionais de 2.ª classe

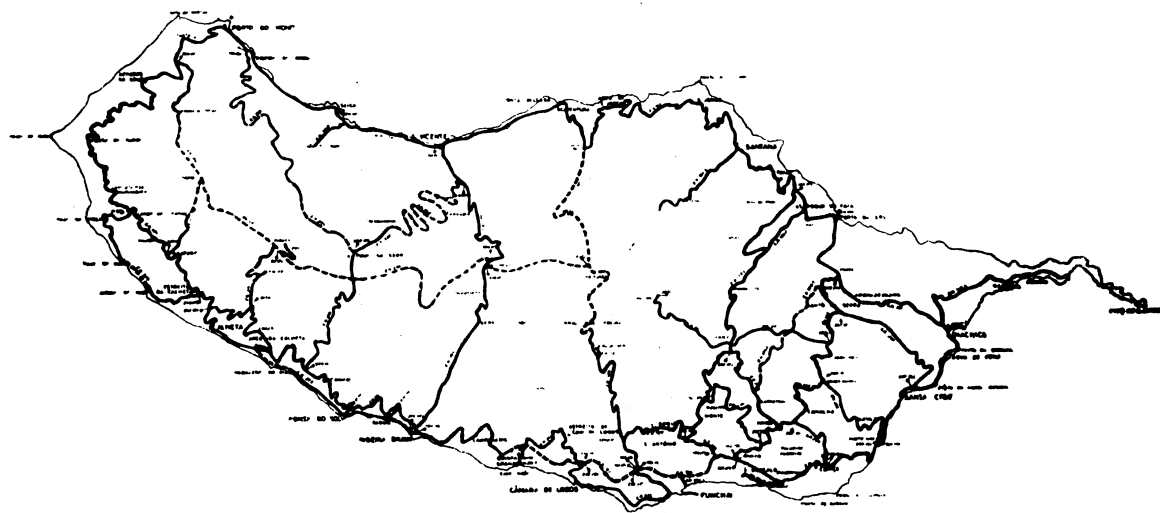
201	201	Palheiro Ferreiro - Terreiro da Luta ...	Palheiro Ferreiro (E. N. 102) - Terreiro da Luta (E. N. 103).
202	202	Santo da Serra - Pico do Areeiro ...	E. N. 102 (proximidade do Santo da Serra) - Poiso (E. N. 103) - Pico do Areeiro.
203	E. M. 502-E.F.	Vale Paraíso - Poiso	Vale Paraíso (E. N. 102) - Carreiras - Poiso (E. N. 103).
204	204	Porto Moniz - Encumeada de S. Vicente	E. N. 101 (portas da vila de Porto Moniz) - Quebradas - Paul da Serra - Encumeada de S. Vicente (E. N. 104).

Numeração		Designação	Pontos extremos e intermédios
Nova	Anterior		
205	E. M. 505	Caníço - Camacha	Caníço (E. N. 101) - Camacha (E. N. 102).
206	101-E. M. 506	Porto Novo - Camacha	Porto Novo (E. N. 101) - S. João do Latrão - Gaula - Camacha (E. N. 102).
207	E. M. 509	Santa Cruz - Santo da Serra	Santa Cruz (E. N. 101) - Santo da Serra (E. N. 102).
208	E.M. 530-E.F.	Canhas - Ginjas de S. Vicente	Canhas (E. N. 101) - Paul da Serra (E. N. 204) - Estanquinhos - Caramujo - Ginjas de S. Vicente (E. N. 104).
209	101-6 — E.F.	Ribeira da Janela - Paul da Serra ...	Ribeira da Janela (E. N. 101) - Paul da Serra (E. N. 208).
210	E. M. 523	Prazeres - Fonte do Bispo	Prazeres (E. N. 101) - Fonte do Bispo (E. N. 204).
211	205	Calheta - Paul da Serra	Florenças (E. N. 101) - Paul da Serra (E. N. 204).
212	101-7 101-8	Paul do Mar e Jardim do Mar	E. N. 101 - Fajã da Ovelha - Paul do Mar - Jardim do Mar - Estreito da Calheta (E. N. 101).
213	101-9 101-10	Calheta - Ribeira Brava, pelo litoral ...	Estrela (E. N. 101) - Vila da Calheta - porto da Calheta - Arco da Calheta - Madalena do Mar - Vila de Ponta do Sol - Tabua - Vila da Ribeira Brava (E. N. 101).
214	101-12	Cruz da Caldeira - Estreito de Câmara de Lobos.	Cruz da Caldeira (E. N. 101) Estreito de Câmara de Lobos - Ponte dos Frades (E. N. 101).
215	101 105	Ponte dos Frades - Estrada Monumental - S. Martinho	Ponte dos Frades (E. N. 101) - Vila de Câmara de Lobos - Estrada Monumental - Caminho do Dr. Pita - Estádio dos Barreiros - S. Martinho (E. N. 101).
216	—	Encumeada - Pico do Furão	Encumeada de S. Vicente (E. N. 104) Pico do Furão (E. N. 107).
IV) Ramais de estradas nacionais de 2.ª classe			
204-1	—	Para o Rabaçal	E. N. 204 - Rabaçal.
211-1	205-1	Para o Furado do Rabaçal	E. N. 211 - Boca do Furado do Rabaçal.
214-1	101-12	Para o Cabo Girão	E. N. 214 (Cruz da Caldeira) - Cabo Girão.
203-1	E. F.	Para Lamaceiros	E. N. 203 (Carreiras) - Lamaceiros.
B — Ilha do Porto Santo			
I) Estradas nacionais de 1.ª classe			
110	—	Calheta, vila e porto	Calheta - Ponta - Lugar de Baixo (E. N. 111) - Vila (E. N. 111) - porto.
111	—	Aeroporto	Vila (E. N. 110) - Tanque - aeroporto - Lombas - Lugar de Baixo (E. N. 110).
II) Ramal de estrada nacional de 1.ª classe			
111-1	—	Para aerogare	E. N. 111 - aerogare.
III) Estradas nacionais de 2.ª classe			
220	—	Vila - Tanque, por Serra de Dentro e Camacha	Vila (E. N. 111) - Portela - Serra de Fora - Serra de Dentro - Pedregal - Camacha - Farrobo - Dragoal - Tanque (E. N. 111).
221	E. F.	Dragoal - Camacha, por Pico do Castelo	E. N. 220 (Dragoal) - E. N. 220 (Camacha).
IV) Ramais de estradas nacionais de 2.ª classe			
220-1	—	Para o Porto dos Frades	E. N. 220 - Porto dos Frades.
221-1	E. F.	Para o miradouro sul do Pico do Castelo	E. N. 221 - miradouro sul.
221-2	E. F.	Para o miradouro norte do Pico do Castelo	E. N. 221 - miradouro norte.

Escala 1 : 100 000

Classificação

Revisão do Decreto-Lei n.º 40 167 (20 de Maio de 1955)



Preço deste número: 21\$00

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»

A S S I N A T U R A S

As duas séries Ano 1 100\$	Semestre 650\$
A 1.ª série 650\$	> 350\$
A 2.ª série 650\$	> 350\$

Suplementos — preço por página, 1\$50

Preço avulso — por página, 1\$50

A estes valores acrescem os portes de correio

«O preço dos anúncios é de 10\$ a linha, acrescido do respectivo Imposto de Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»